

PRESIDÊNCIA
GABINETE

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 60, DE 29 DE JANEIRO DE 2014.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2013

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2013, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de janeiro de 2014.

DES.ESERVAL ROCHA
Presidente em exercício

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.380.843.376,21	0,00
Pessoal Ativo	1.380.843.376,21	0,00
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.380.843.376,21	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, § 1º da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	82.405.982,72	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.035.681,90	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	81.370.300,82	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.298.437.393,49	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.298.437.393,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	23.080.634.286,15	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V)*100	5,63	
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II e III, ART. 20 DA LRF) - <6%>	1.384.838.057,17	
LIMITE PRUDENCIAL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF) - <5,7%>	1.315.596.154,31	
LIMITE DE ALERTA (ART.59§1º DA LRF) - <5,4%>	1.246.354.251,45	

FONTE: FPL/INTEFAZ/SAF/DIGOP - 28/01/2013 15:40

NOTA 1: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.

AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS.

DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:
a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOUVE A ENTREGA DO MATERIAL DO SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART.6º DA LEI 4320/64.

b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART. 35, INCISO II DA LEI 4320/64.

IGOR CAIRES MACHADO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDILENE GONÇALVES BADARÓ
CONTROLADORA-CHEFE EM EXERCÍCIO

ABIMAELO SOARES DANTAS
DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Apresentação de valores em R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA*
		(a)	(b)	(c) = (a - b)
00	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	6.629.268,40	6.505.271,97	123.996,43
01	Recursos Ordinários de Contrapartida de Convênios e Operações de Crédito			
02	Cota-Parte do ICMS devida aos Municípios			
03	Cota-Parte do IPVA devida aos Municípios			
04	Multas Vinculadas ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor			
05	Taxas Vinculadas ao Detran			
06	Cota-Parte do Imposto sobre Exp. de Produtos Industriais devida aos Municípios			
07	Recursos Vinculados ao FUNDEB			
08	Cota-Parte do salário-educação			
09	Indenização pela extração do petróleo, xisto e gás natural			
10	Taxas e multas vinculadas a AGERBA			
11	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social			
13	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos de Administração Direta	11.256.037,79	5.273.704,35	5.982.333,44
14	Recursos vinculados a educação			
15	Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - Lei nº 11.358/09			
16	Taxas Vinculadas ao Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais			
17	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico			
18	Taxas e multas vinculadas a ADIAB			
20	Taxas vinculadas ao Poder Judiciário	53.983.385,53	15.719.204	38.264.181,63
21	Operações de crédito internas			
22	Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação			
25	Operações de crédito externas			
26	Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta	875.173,24	400.106,12	475.067,12
27	Recursos Vinculados ao Fundo do Meio Ambiente da Bahia - Ferfa			
28	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação do Pobreza			
29	Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - Lei nº 11.053/08			
30	Recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde			
31	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta			
32	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Estaduais - Adm. Direta			
33	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Direta			
34	Outras Contribuições e/ou Auxílios - Adm. Direta			
35	Restituição de Recursos Oridados de Operação de Crédito			
37	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Fundos Internacionais			
39	Recursos de Utilização Exclusiva na Reserva de Contingência			
40	Receita diretamente arrecadada por entidade da Administração Indireta			
42	Contribuições para o plano de saúde do servidor			
45	Recursos pelo Fornecedor de Água Bruta de Reservatórios			
46	Receita vinculada ao desenvolvimento do esporte - Lei 9.615/98			
47	Fundo Nacional de Saúde - Convênio			
48	Fundo Nacional de Saúde - SUS - Receita de Prestação de Serviços de Saúde			
49	Transferência do Fundo Nacional de Saúde - FESBA			
50	Recursos do Fundo Cultural do Estado da Bahia - FCBA			
56	Recursos de Alienação de Bens - Administração Indireta			
60	Contribuições do Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia - FIES			
61	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta			
62	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Estaduais - Adm. Indireta			
63	Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Indireta			
64	Contribuições e/ou Auxílios de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta			
66	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais			
TOTAL		72.743.864,96	27.898.286,34	44.845.578,62
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*		-	-	-

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF 28/01/2013 15:40

NOS VALORES DA DESTINAÇÃO NÃO ESTÃO INCLUIDOS DESTINAÇÃO 0100 E 0300

IGOR CAÍRES MACHADO
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDILENE GONÇALVES BADARÓ
 CONTROLADORA-CHEFE EM
 EXERCÍCIO

ABIMAELO SOARES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
20 Receita taxas vinculadas ao Poder Judiciário		1.313.951,18	-	14.405.247,50	53.983.385,53	-
13 Receita diretamente arrecadada				5.273.704,35	11.256.037,79	
00 Recursos ordinários não vinculados		19.410,40			6.629.268,40	
26 Alienação de bens e direitos				400.106,12	875.173,24	
TOTAL	-	1.333.361,58		20.079.057,97	72.743.864,96	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

Fonte: F.R. NUSFFAZ/SAFE/DICOP 28/01/2013 15:40

IGOR CAÍRES MACHADO
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDILENE GONÇALVES BADARÓ
 CONTROLADORA-CHEFE EM EXERCÍCIO

ABIMAELO SOARES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

LRF, art. 48 - Anexo VIII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.298.437.393,49	5,63%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) <=>	1.384.838.057,17	6,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) <=>	1.315.596.154,31	5,70%
Limite de Alerta (Art.59§1º da LRF) <=>	1.246.354.251,45	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	20.079.057,97	66.228.363,72

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAFE/DICOP 28/01/2013 15:40

IGOR CAÍRES MACHADO
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDILENE GONÇALVES BADARÓ
 CONTROLADORA-CHEFE

ABIMAELO SOARES DANTAS
 DIRETOR DE FINANÇAS